CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP000565/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 24/01/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR065104/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 14021.154039/2022-26
DATA DO PROTOCOLO: 16/12/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINTTAR SINDICATO DOS TECNOLOGOS, TECNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO E REGIAO , CNPJ n. 65.709.974/0001-94, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE CARLOS FERRAZ;

E

SINDICATO DAS INSTITUICOES BENEFICENTES, FILANTROPICAS E RELIGIOSAS DE SAO JOSE DO RIO PRETO, CNPJ n. 05.907.715/0001-46, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JAIME MARQUES RODRIGUES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de dezembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **CATEGORIA PROFISSIONAL DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, FILANTRÓPICAS E RELIGIOSAS**, com abrangência territorial em Adolfo/SP, Altair/SP, Álvares Florence/SP, Américo de Campos/SP, Aparecida d'Oeste/SP, Auriflama/SP, Bady Bassitt/SP, Bálsamo/SP, Buritama/SP, Cardoso/SP, Catanduva/SP, Catiguá/SP, Cedral/SP, Cosmorama/SP, Dolcinópolis/SP, Estrela d'Oeste/SP, Fernandópolis/SP, Floreal/SP, General Salgado/SP, Guapiaçu/SP, Guaraci/SP, Guarani d'Oeste/SP, Ibirá/SP, Icém/SP, Indiaporã/SP, Itajobi/SP, Jaci/SP, Jales/SP, José Bonifácio/SP, Macauba/SP, Macedônia/SP, Magda/SP, Mendonça/SP, Meridiano/SP, Mira Estrela/SP, Mirassolândia/SP, Monte Aprazível/SP, Neves Paulista/SP, Nhandeara/SP, Nipoã/SP, Nova Aliança/SP, Nova Granada/SP, Nova Luzitânia/SP, Novo Horizonte/SP, Olímpia/SP, Onda Verde/SP, Orindiúva/SP, Palestina/SP, Palmeira d'Oeste/SP, Paranapuã/SP, Paulo de Faria/SP, Pedranópolis/SP, Pereira Barreto/SP, Planalto/SP, Poloni/SP, Pontes Gestal/SP, Populina/SP, Potirendaba/SP, Riolândia/SP, Rubinéia/SP, Sales/SP, Santa Albertina/SP, Santa Clara d'Oeste/SP, Santa Fé do Sul/SP, Santa Rita d'Oeste/SP, São João das Duas Pontes/SP, São José do Rio Preto/SP, Sud Mennucci/SP, Tabapuã/SP, Tanabi/SP, Três Fronteiras/SP, Turmalina/SP, Uchoa/SP, União Paulista/SP, Urânia/SP, Urupês/SP, Valentim Gentil/SP e Votuporanga/SP.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL****PISO SALARIAL**

Aos empregados admitidos a partir de 01/12/2022, ficam estabelecidos os seguintes salários de ingresso, sendo que nenhum funcionário poderá perceber salário inferior ao ora fixado:

	DEZEMBRO/2022
TECNÓLOGOS	R\$ 2.826,73
TÉCNICOS EM RADIOLOGIA	R\$ 2.817,56
AUXILIARES EM RADIOLOGIA	R\$ 1.619,00
Incidindo sobre esses valores	O percentual de 40% a título de adicional de insalubridade

Parágrafo Único: Para os técnicos nomeados como Supervisor Técnico em Radiologia, deverá receber um adicional no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), sobre o piso salarial.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

AOS EMPREGADOS ADMITIDOS

Aos empregados admitidos a partir de 01/12/2022 ficam estabelecidos os seguintes salários de ingresso, sendo que nenhum funcionário poderá perceber salário inferior ao ora fixado:

Reajustes/Correções Salariais

REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS: Conceder-se-á, pelas categorias econômicas em favor da categoria composta pelos tecnólogos, técnicos em radiologia e auxiliares em radiologia, o reajuste sobre os valores salariais de ingresso na ordem de 100% (cem por cento) do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE), apurado no período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 a 30 de novembro de 2022. Para os tecnólogos no valor de **R\$ 2.826,73** (Dois mil oitocentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos); técnicos em radiologia o valo de **R\$ 2.817,56** (Dois mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos) e para os auxiliares em radiologia o valor de **R\$ 1.619,00** (Um mil seiscentos e dezenove reais) incidindo sobre esses valores o percentual de 40% (quarenta por cento) a título de adicional de insalubridade, ficando assegurado a irredutibilidade e o direito adquirido, com relação aos Tecnólogos, Técnicos e Auxiliares em radiologia contratados anteriormente.

CLÁUSULA QUINTA - AUMENTO REAL

AUMENTO REAL: Conceder-se aumento real de 100% (INPC por cento) incidente sobre o salário já corrigido na forma da cláusula anterior, a partir de 01 dezembro de 2021.

COMPENSAÇÃO SALARIAL

COMPENSAÇÃO SALARIAL. Não serão compensados os aumentos decorrentes do término de aprendizagem, promoções, transferências e/ou equiparação salarial ocorridos no período compreendido entre 01 dezembro de 2021 a 30 novembro de 2022, na aplicação dos reajustes previstos nas cláusulas primeira e segunda.

CLÁUSULA SEXTA - CORREÇÃO DE ERRO NA FOLHA-DE-PAGAMENTO

CORREÇÃO DE ERRO NA FOLHA-DE-PAGAMENTO: Os erros comprovados e incontroversos que porventura venham a ocorrer no pagamento dos salários serão corrigidos com o pagamento das diferenças no prazo de 04 (quatro) dias úteis a contar da data da solicitação por parte do empregado.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS MEDIANTE CHEQUE

PAGAMENTO DE SALÁRIOS MEDIANTE CHEQUE: As empresas que pagam salários mediante cheques devem observar as exigências da Portaria M Tb nº 3.281, 07/12/84.

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

COMPROVANTE DE PAGAMENTO: O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo – se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, quantia líquida paga, os dias trabalhados ou o total da produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e valor correspondente ao FGTS.

SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO: Em qualquer substituição interna de um empregado por outro que tenha salário superior, o substituto deverá perceber o mesmo salário do substituído enquanto perdurar a substituição, sem considerar as vantagens pessoais, desde que seja superior a 20 (vinte) dias

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA NONA - FUNÇÃO IDÊNTICA

FUNÇÃO IDÊNTICA

FUNÇÃO IDÊNTICA: Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou

idade, sem considerar as vantagens pessoais.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - SUPERVISOR TÉCNICO EM RADIOLOGIA

SUPERVISOR TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Supervisor Técnico em Radiologia

Para os técnicos nomeados Supervisor Técnico em Radiologia deverá receber um adicional no valor de 600,00 (seiscentos reais, sobre o piso salarial).

JUSTIFICATIVA: Trata – se de incentivo para melhorar o desempenho de sua função já que se- trata de uma exigência a Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985 e art. 10, do Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CURSOS E REUNIÕES OBRIGATÓRIAS

CURSOS E REUNIÕES OBRIGATÓRIAS

CURSOS E REUNIÕES OBRIGATÓRIAS: Quando realizados fora do horário normal, os cursos e reuniões obrigatórias o tempo despendido deverá ser remunerado como trabalho extraordinário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

HORAS EXTRAORDINÁRIAS

HORAS EXTRAORDINÁRIAS: As horas extraordinárias deverão ser pagas com acréscimo de 100% (Cem por Cento) sobre o valor da hora normal.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANUÊNIO

ANUÊNIO

ANUÊNIO: Fica mantido o adicional de tempo de serviços aos integrantes da categoria que já o contava com um ano de serviço na empresa e/ou o recebia em 01/05/98, por tratar-se de direito adquirido, com correção monetária legal pelos índices que atualizaram seu salário desde a referida data até o marco atual.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL NOTURNO

ADICIONAL NOTURNO

ADICIONAL NOTURNO: Fica assegurado, para todos os empregados que laboram em jornada noturna, adicional de 40% (quarenta por cento) incidente sobre o salário normal. (Precedente Normativo nº. 60 do Colendo T ST.) **ADICIONAL NOTURNO. INTEGRAÇÃO NO SALÁRIO E PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO** (incorporada a Orientação Jurisprudencial N.º 6 da SBDI-1) - Res.129/2005, DJ20, 22e25. 04.2005 I - O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos. (ex-Súmula N.º 60-RA105/74, DJ 24.10.1974) II - Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT. (ex- OJ n.º 6 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996) Histórico :Súmula mantida - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. Redação original - RA 105/74, DJ 24.10.1974 N.º 60 - Adicional noturno: O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TICKET - VALE ALIMENTAÇÃO

TICKET - VALE ALIMENTAÇÃO

TICKET - VALE ALIMENTAÇÃO: Concede-se aos integrantes dessa categoria pelos empregadores, ticket e/ou vale alimentação, mensalmente, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), até o 5º (quinto) dia útil de cada mês. Nas empresas em que o benefício da categoria preponderante for mais vantajoso, as empresas fornecerão o mesmo benefício para os empregados integrantes desta categoria.

JUSTIFICATIVA: Trata-se de reivindicação de cunho social de grande alcance para a saúde pública, no que tange aos trabalhadores e seus dependentes.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE TRANSPORTE

Auxílio Transporte

VALE TRANSPORTE

CLÁUSULA - VALE TRANSPORTE: Fica estabelecida a obrigatoriedade da concessão gratuita do Vale Transporte, aos empregados residentes ou não no município em que prestem serviços.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO:

I - Bolsas de Pós-Graduação em cursos oferecidos pelo próprio estabelecimento: deverá reservar 4 (quatro) bolsas de 50% (cinquenta por cento), para cada grupo de 100 (cem) Técnicos, ou fração, na graduação ou pós-graduação, a serem distribuídas entre os Técnicos sindicalizados empregados do próprio estabelecimento de saúde.

II - Bolsas de Pós-Graduação em cursos oferecidos em outros estabelecimentos de ensino: cada estabelecimento de saúde, que não oferecer cursos de pós-graduação, ou caso não ofereça o curso no qual seu empregado esteja matriculado, ou tenha interesse em se matricular, deverá conceder 4 (quatro) bolsas

de 50% (cinquenta por cento), para cada grupo de 100 (cem) técnicos, ou fração, na pós-graduação, a serem distribuídas entre os técnicos sindicalizados empregados do estabelecimento de saúde.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA

COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA

COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA: As empresas concederão aos seus empregados segurados pelo INSS, durante o período de afastamento por Auxílio Doença, uma complementação de até 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da sua remuneração, de modo a integralizar seus vencimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em consonância com esta cláusula, o empregador se compromete a manter o fornecimento do ticket alimentação ou equivalente, durante o afastamento do empregado no curso do auxílio doença.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CRECHES OU BERÇÁRIOS

Política para Dependentes

CRECHES OU BERÇÁRIOS

CRECHES OU BERÇÁRIOS: Ficam as empresas obrigadas a fornecerem local apropriado, quer diretamente ou mediante convênio, para que as mães - empregadas possam deixar seus filhos de até 6 (seis) anos de idade, durante a jornada de trabalho. Poderão, ainda, estabelecer o sistema de reembolso - creche, ficando assegurado valor mínimo de 20% (vinte por cento) do piso salarial existente.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

SEGURO DE VIDA EM GRUPO

SEGURO DE VIDA EM GRUPO: Fica estabelecida a obrigatoriedade da contratação, pelas empresas, de seguro de vida em grupo em favor de seus empregados abrangidos por esta norma coletiva, a qual poderá ser formalizada pela Entidade Sindical patronal, perante companhia seguradora de sua escolha, para vigorar durante o prazo de vigência deste instrumento normativo, respeitadas as condições mais favoráveis já existentes. O valor mínimo segurado será equivalente a 50 (cinquenta) salários mensais de cada beneficiado.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - BERÇÁRIO E AMAMENTAÇÃO

BERÇÁRIO E AMAMENTAÇÃO

BERÇÁRIO E AMAMENTAÇÃO: Se as empresas tiverem entre seus empregados mais de 30 (trinta) mulheres com idade acima de 16 (dezesesseis) anos, manterá, no local de trabalho, um berçário para criança de amamentação. Parágrafo Único – É garantido às mulheres, pelo tempo gasto para amamentação, o recebimento do salário sem prestação de serviços quando as empresas não cumprirem com as determinações contidas no "caput".

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMISSÃO

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMISSÃO

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMISSÃO: Readmitido o empregado na função que já exercera não será celebrado novo contrato de experiência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ANOTAÇÕES NA CTPS

ANOTAÇÕES NA CTPS

ANOTAÇÕES NA CTPS: A função efetivamente exercida pelo empregado será anotada em sua carteira de trabalho, de acordo com a C.B.O. – Classificação Brasileira de Ocupações.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - RESCISÕES CONTRATUAIS

Desligamento/Demissão

RESCISÕES CONTRATUAIS

RESCISÕES CONTRATUAIS. Todas as rescisões contratuais de empregados com mais de 12 (doze) meses na empresa deverão ser homologadas pelo SINDICATO SUSCITANTE, nos prazos previstos no artigo 477 parágrafo 6.º e 8.º da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DISPENSA DO EMPREGADO

DISPENSA DO EMPREGADO

DISPENSA DO EMPREGADO: Fica estabelecido que o empregado despedido será informado, por escrito, dos motivos da dispensa. (Precedente Normativo n.º 47 do C.T S T).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DATA DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

DATA DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

DATA DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL - COMUNICADO AO EMPREGADO: A empresa obriga-se a proceder à quitação das verbas rescisórias nos termos da Lei. Seu não cumprimento implicará em multa de 20% (vinte por cento) do valor da rescisão que será revertida ao empregado prejudicado, sem prejuízo das demais cominações previstas em Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: O saldo de salário anterior ao Aviso Prévio trabalhado - quando for o caso - deverá ser pago por ocasião do pagamento dos demais empregados, se a homologação da rescisão não se operar antes desse fato.

JUSTIFICATIVA: O artigo 477, parágrafos 6º e 8º, visam pura e tão-somente verbas rescisórias em sentido estrito, ficando as demais verbas de natureza salarial a aguardar a data da quitação, o que gera prejuízo imediato ao empregado, que além de perder o emprego se vê privado, já no pagamento seguinte, do salário com o qual contava para pagar suas contas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS

ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS

ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS. Fica o empregador obrigado a fornecer, no ato da homologação, Atestado de Afastamento e Salários, ao empregado demitido.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

Aviso Prévio

AVISO PRÉVIO

AVISO PRÉVIO: Fica assegurado a todos os empregados despedidos sem justa - causa aviso - prévio de 45 (quarenta e cinco) dias.

JUSTIFICATIVA: Precedente Normativo n.º 18 do TRT - AVISO PRÉVIO - PRAZO: Concede-se aos empregados despedidos sem justa causa dois dias adicionais ao aviso prévio, por ano de serviço ou fração igual ou superior a 06 meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - NOVO EMPREGO - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

Suspensão do Contrato de Trabalho

NOVO EMPREGO - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

NOVO EMPREGO - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO: O empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO: Fica estabelecido que as empresas forneçam aos seus empregados, quando demitidos sem justa causa, carta de apresentação, a qual deverá ser entregue no ato da homologação da rescisão contratual constando o tempo de serviço na empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - RETENÇÃO DA C.T.P.S

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

RETENÇÃO DA C.T.P.S

RETENÇÃO DA C.T.P.S. – INDENIZAÇÃO Será devida ao empregado, indenização correspondente a 01 (um) dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de sua carteira profissional após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas. (Precedente Normativo N.º 98 do C. TST).

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONGRESSOS, SIMPÓSIOS E EQUIVALENTES

CONGRESSOS, SIMPÓSIOS E EQUIVALENTES

CONGRESSOS, SIMPÓSIOS E EQUIVALENTES: Serão abonadas as faltas dos empregados da categoria para participação em congressos, simpósios e equivalentes ligados ao exercício da respectiva profissão, mediante entendimento direto, por escrito.

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE NOTURNA

ESTABILIDADE NOTURNA

ESTABILIDADE NOTURNA: Fica assegurado a todos os empregados que laboram em jornada noturna há mais de 06 (seis) meses, se transferido de turno, o direito à incorporação do adicional noturno

ADAPTAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - NOVAS TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS

NOVAS TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS

NOVAS TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS: O empregador fornecerá a seus empregados a oportunidade de sua adaptação às novas técnicas e equipamentos. O processo de adaptação constitui encargo da empresa, de sorte que as despesas com eventuais cursos e aprendizagem correrão por conta da mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese da adoção de tecnologia que possa implicar em redução de pessoal, as empresas envidarão esforços para dar oportunidade de aproveitamento e readaptação do pessoal a ser deslocado, procurando possibilitar-lhes a absorção em outros cargos ou funções compatíveis.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FORNECIMENTO DE MATERIAL INDISPENSÁVEL

Equipamentos de Segurança

FORNECIMENTO DE MATERIAL INDISPENSÁVEL

FORNECIMENTO DE MATERIAL INDISPENSÁVEL: Fica estabelecido o fornecimento gratuito, pelo empregador, de todo o material necessário ao desempenho da função do empregado na empresa.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE DAS GESTANTES

Estabilidade Mãe

ESTABILIDADE DAS GESTANTES

ESTABILIDADE DAS GESTANTES: Fica as seguradas estabilidades provisórias à empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR

Estabilidade Serviço Militar

ESTABILIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR

ESTABILIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR: Fica assegurada a estabilidade provisória no emprego do menor de idade de prestação de serviço militar desde o seu alistamento até 30 (trinta) dias após a baixa.

Parágrafo Primeiro - A garantia do emprego será extensiva aos empregados que estiverem servindo em tiro de guerra.

Parágrafo Segundo - Fica estabelecida que, na hipótese de haver coincidência entre o horário da prestação do tiro de guerra com o horário de trabalho, o empregado não sofrerá desconto do descanso semanal, remuneração e de feriados respectivos em razão das horas não trabalhadas por este motivo. A estes empregados não será impedida a prestação de serviços no restante da jornada.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - GARANTIA AO EMPREGADO ACIDENTADO

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

GARANTIA AO EMPREGADO ACIDENTADO

GARANTIA AO EMPREGADO ACIDENTADO: Garantia de emprego ao empregado vitimado por acidente de trabalho em conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.213/91.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE APÓS A ALTA O AUXÍLIO DOENÇA

ESTABILIDADE APÓS A ALTA O AUXÍLIO DOENÇA

ESTABILIDADE APÓS A ALTA O AUXÍLIO DOENÇA: Estabilidade provisória de 30 (trinta) dias após a alta médica aos empregados afastados por motivo de auxílio doença, desde que o afastamento seja superior a 90 (noventa) dias.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ESTABILIDADE NO EMPREGO AO APOSENTANDO

Estabilidade Geral

ESTABILIDADE NO EMPREGO AO APOSENTANDO

ESTABILIDADE NO EMPREGO AO APOSENTANDO: As empresas não poderão dispensar seus empregados durante 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à aposentadoria por tempo de serviço e/ou por idade. (**PRECEDENTE NORMATIVO N.º 48 DO TRT**): Os empregados, que prestem serviços há 05 (cinco) anos, pelo menos, a determinado empregador, terão o emprego e salário garantidos, durante os 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de aquisição do direito à aposentadoria voluntária ou por idade.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO DOS TÉCNOLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

JORNADA DE TRABALHO DOS TÉCNOLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA

JORNADA DE TRABALHO DOS TÉCNOLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA: A jornada de trabalho dos tecnólogos, técnicos e auxiliares em radiologia, como profissionais abrangidos pela Lei 7394/85, será de 24 (vinte e quatro) horas semanais.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE REPOUSO REMUNERADO. INGRESSO COM ATRASO

GARANTIA DE REPOUSO REMUNERADO. INGRESSO COM ATRASO

GARANTIA DE REPOUSO REMUNERADO. INGRESSO COM ATRASO: Fica garantido o repouso remunerado ao empregado que chegar atrasado, quando permitido seu ingresso pelo empregador, compensado o atraso no final da jornada de trabalho ou da semana. (Precedente Normativo nº92 do C. T. S. T.).

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DE PONTO

Controle da Jornada

CONTROLE DE PONTO

CONTROLE DE PONTO: É obrigatório o controle de ponto por meio mecanizado, cartão magnético ou livro de ponto, seja qual for o número de empregados, excluído os que possuem cargo de confiança.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - GARANTIAS AO EMPREGADO ESTUDANTE

GARANTIAS AO EMPREGADO ESTUDANTE

GARANTIAS AO EMPREGADO ESTUDANTE: Fica estabelecida a manutenção do horário de trabalho do empregado estudante, que esteja matriculado em estabelecimento de ensino, cursando 1º, 2º ou 3º grau, ou profissionalizante, desde que seja notificada a empresa dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da presente decisão ou da matrícula no respectivo curso, cessando-se a garantia ao término do mesmo.

Parágrafo Único - A empresa abonará a falta ou horas que o empregado estudante necessitar para prestar vestibular ou exame profissionalizante, desde que seja comunicado à empresa com 05 (cinco) dias de antecedência e comprovação no mesmo prazo.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INÍCIO DAS FÉRIAS SEMESTRAIS

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

INÍCIO DAS FÉRIAS SEMESTRAIS

INÍCIO DAS FÉRIAS SEMESTRAIS: O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá coincidir com o sábado, domingo, feriado, dia de compensação de repouso semanal e ausências legais.

LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Fica estabelecida a concessão, a todos os empregados, de licença remunerada não compensável nos seguintes casos:

a-) **Casamento** - 5 (cinco) dias consecutivos a contar da data do evento.

b-) **Morte** - 5 (cinco) dias consecutivos nos casos de morte de cônjuge /companheiro, filhos e pais e 2 (dois) dias em caso de morte de genro e nora sogro e sogra.

c-) **Mãe Empregada** - Será abonada a falta quando esta deixar de comparecer ao serviço para o acompanhamento em consultas médicas de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, inválidos ou incapazes no limite de 5 (cinco) por mês, e em caso de internações, devidamente comprovadas nos termos das cláusulas anteriores, terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 20 (vinte) dias, durante o período de vigência do presente acordo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA PATERNIDADE

LICENÇA PATERNIDADE

LICENÇA PATERNIDADE: Após o nascimento do filho, o empregado terá direito a uma licença de 05 (cinco) dias de trabalho, sem prejuízo de sua remuneração.

JUSTIFICATIVA: Nos termos do art. 7º, inciso XIX da CF/88 c/c art. 10, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88, o prazo de licença-paternidade é de cinco dias.

LICENÇA NÃO REMUNERADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - PAGAMENTO AOS DIRIGENTES SINDICAIS

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

PAGAMENTO AOS DIRIGENTES SINDICAIS

PAGAMENTO AOS DIRIGENTES SINDICAIS: Considerar-se-á como tempo de serviço sem remuneração, o período de afastamento do empregado para desempenho de mandato sindical efetivo, com os encargos por conta do sindicato profissional.

LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - LICENÇA ADOÇÃO

Licença Adoção

LICENÇA ADOÇÃO

LICENÇA ADOÇÃO: Fica assegurado à empregada casada ou solteira, o afastamento sem prejuízo da remuneração, quando esta vier a adotar legalmente um filho. 05 (cinco) meses, a partir da data da respectiva comunicação ao empregador, que deverá ocorrer em 05(cinco) dias, contados da formalização da adoção.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - VESTIÁRIOS, ARMÁRIOS E BANHEIROS

VESTIÁRIOS, ARMÁRIOS E BANHEIROS

VESTIÁRIOS, ARMÁRIOS E BANHEIROS: Fica mantido o estabelecido que as empresas concederão, a todos os empregados vestiários masculino e feminino com armários individuais, e banheiros exclusivos ao uso dos empregados, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - REFEITÓRIO

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

REFEITÓRIO

REFEITÓRIO: As empresas se obrigam a instalar refeitório, oferecendo condições adequadas para os empregados.

Justificativa: Assumindo uma responsabilidade social e de respeito à dignidade dos trabalhadores, as empresas devem conceder um local digno e próprio para tomarem suas refeições.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Equipamentos de Proteção Individual

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL: As empresas fornecerão gratuitamente aos empregados, equipamentos de proteção individual, contendo, no mínimo, avental de chumbo, dosímetros, protetor de tireoide, óculos com proteção plumbífera, pulseira ou anel.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CONTATO COM MOLÉSTIAS INFECTO - CONTAGIOSAS

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CONTATO COM MOLÉSTIAS INFECTO - CONTAGIOSAS

CONTATO COM MOLÉSTIAS INFECTO - CONTAGIOSAS: A direção da empresa fica obrigada a comunicar e orientar seus empregados sobre os pacientes suspeitos de quaisquer moléstias infectocontagiosas, principalmente, quando internados em setores fora do isolamento. Fica a empresa ainda obrigada a fornecer os equipamentos de proteção individual que o caso requerer.

UNIFORME

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - FORNECIMENTO DE UNIFORME

Uniforme

FORNECIMENTO DE UNIFORME

FORNECIMENTO DE UNIFORME: Fica estabelecido o fornecimento gratuito de uniformes, tantos quanto necessário, desde que exigido seu uso pelo empregador.

MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - QUEBRA DE MATERIAL

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

QUEBRA DE MATERIAL

QUEBRA DE MATERIAL: Não se permite o desconto salarial por quebras de material, salvo nas hipóteses de dolo ou recusa de apresentação dos objetos danificados ou ainda, havendo previsão contratual, de culpa comprovada do empregado. Precedente Normativo nº118 do C.T S T.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE AOS "CIPEIROS"

ESTABILIDADE AOS "CIPEIROS"

ESTABILIDADE AOS "CIPEIROS": Será concedida, estabilidade no emprego aos "cipeiros" (titulares e suplentes), em consonância com a legislação específica.

TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ENTREGA DO CAT

ENTREGA DO CAT

ENTREGA DO CAT. Os empregadores ficam obrigados a procederem à entrega ao Sindicato Suscitante e ao Centro de Referência Municipal de Saúde do Trabalhador uma via do CAT (Comunicação do Acidente de Trabalho ou Doença Ocupacional), nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas do fato. Nos moldes da Lei 8213/91.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL: As empresas que ainda não se adequaram às exigências da NR 07, que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional previsto na portaria MTS Nº. 3214 de 08/abril/1978 devem no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da vigência da presente norma elaborar seus PCMSO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após a realização dos trabalhos prevista nesta cláusula, a empresa se obriga a entregar ao suscitante uma via do PCMSO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas se obrigam a fazer, realizar exames de sangue dos seus tecnólogos, técnicos e auxiliares empregados, incluindo hemograma e contagem de plaquetas, no mínimo, a cada seis meses.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - EXAMES MÉDICOS

Exames Médicos

EXAMES MÉDICOS

EXAMES MÉDICOS: Fica estabelecido que as empresas custearão os exames médicos para admissão e dispensa de seus funcionários, de acordo com a lei.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA:

Prevenção do Câncer de Mama. As empregadas acima de 40 (quarenta) anos terão direito à dispensa de pelo menos meio dia de trabalho por ano para realização de mamografia, como política para prevenção de câncer de mama, e os hospitais que tiverem a especialidade, oferecerão sua estrutura para a realização do exame.

Parágrafo primeiro: Para efeito de escala de trabalho, a empregada deverá comunicar a entidade empregadora, por escrito, a data da realização do exame, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo segundo: O direito à dispensa prevista nesta cláusula ficará condicionado à comprovação de que o exame foi realizado na data da dispensa, mediante apresentação de atestado médico, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA

PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA

Prevenção do Câncer de Próstata

Os empregados acima de 40 (quarenta) anos terão direito à dispensa de pelo menos meio dia de trabalho por ano para realização do exame clínico de detecção precoce do câncer de próstata e os hospitais que tiverem a especialidade, oferecerão seus serviços para a realização do exame.

Parágrafo primeiro: Para efeito de escala de trabalho, o empregado deverá comunicar a entidade empregadora, por escrito, a data da realização do exame, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo segundo: O direito à dispensa prevista nesta cláusula ficará condicionado à comprovação de que o exame foi realizado na data da dispensa, mediante apresentação de atestado médico, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR

ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR: As empresas e instituições componentes da categoria econômica concederão, dentro de suas possibilidades e especialidades, atendimento ambulatorial aos seus empregados.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADO MÉDICO, ODONTOLÓGICO

Licença Remunerada

ATESTADO MÉDICO, ODONTOLÓGICO

ATESTADO MÉDICO, ODONTOLÓGICO: As empresas reconhecerão os atestados médicos e odontológicos fornecidos por facultativos do sindicato suscitante, mesmo através de convênios, INSS. E também de facultativos particulares.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SANGUE**Campanhas Educativas sobre Saúde****DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SANGUE**

DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SANGUE - Por 2 (dois) dias, a cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - INDENIZAÇÃO EM CASO DE MORTE DE EMPREGADO****Ajuda de Custo****INDENIZAÇÃO EM CASO DE MORTE DE EMPREGADO**

INDENIZAÇÃO EM CASO DE MORTE DE EMPREGADO: Fica estabelecida a obrigatoriedade, no caso de falecimento do empregado, de pagamento, pelo empregador, a título de auxílio funeral, de 1,5 (um e meio) salário nominal, e, em caso de morte por acidente de trabalho o equivalente a 3 (três) salários nominais.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - TRANSPORTE - ACIDENTADOS, DOENTES E PARTURIENTES**Primeiros Socorros****TRANSPORTE - ACIDENTADOS, DOENTES E PARTURIENTES**

TRANSPORTE - ACIDENTADOS, DOENTES E PARTURIENTES: Fica assegurado aos integrantes desta categoria, quando sofrerem acidente de trabalho, encontrar-se doentes e as parturientes o direito de transporte ao acesso médico hospitalar.

**RELAÇÕES SINDICAIS
SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - SINDICALIZAÇÃO DE EMPREGADOS****Relações Sindicais****Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)****SINDICALIZAÇÃO DE EMPREGADOS**

SINDICALIZAÇÃO DE EMPREGADOS: As empresas se comprometem a colaborar com a Entidade Sindical Profissional, desde que a mesma forneça material necessário, na sindicalização de seus empregados, em especial no ato da contratação.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL Á EMPRESA

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL Á EMPRESA

ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL Á EMPRESA: Assegura-se o acesso dos dirigentes sindical nos locais de trabalho, nos intervalos destinados à alimentação e descanso, para desempenho de suas funções, vedado a divulgação de matéria político – partidária ou ofensiva.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - REPRESENTAÇÃO SINDICAL

Representante Sindical

REPRESENTAÇÃO SINDICAL

REPRESENTAÇÃO SINDICAL: As empresas reconhecerão este Sindicato como único representativo na base territorial.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - ASSEMBLÉIAS SINDICAIS

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

ASSEMBLÉIAS SINDICAIS

ASSEMBLÉIAS SINDICAIS: As empresas abonarão as ausências dos seus empregados, que participarem da Assembleia Anual da categoria, visando discutir a pauta de reivindicações na data-base, mediante comprovação escrita.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - DIRIGENTES SINDICAIS, FREQUÊNCIA LIVRE

Garantias a Diretores Sindicais

DIRIGENTES SINDICAIS, FREQUÊNCIA LIVRE

DIRIGENTES SINDICAIS, FREQUÊNCIA LIVRE: Fica garantida a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem de Assembleia e reuniões sindicais, devidamente convocadas e comprovadas.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS: As empresas deverão encaminhar à entidade profissional cópia das Guias de contribuição sindical e assistencial e da Relação de Informações Sociais (RAIS) com a relação nominal e dos respectivos salários. No prazo máximo de 30 (Trinta) dias após o desconto.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADES SINDICAIS

MENSALIDADES SINDICAIS

MENSALIDADES SINDICAIS: Fica estabelecida obrigatoriedade de a empresa descontar diretamente da folha de pagamento, o valor referente à contribuição social do empregado, em favor do sindicato profissional, até o dia 10 (dez) de cada mês.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - TAXA NEGOCIAL PATRONAL

TAXA NEGOCIAL PATRONAL

TAXA NEGOCIAL PATRONAL :Fica estabelecido que as ENTIDADES , representadas pelo SINDICATO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, FILANTRÓPICAS E RELIGIOSAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO/ SINBFIR – RIO PRETO, conforme estabelecido em Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato Patronal Signatário e com fundamento no artigo 513, letra “e” da CLT, serão obrigadas a recolher em favor dos Sindicatos Acordantes, até o dia 10 (dez) de fevereiro de 2023 e 10 de fevereiro de 2024, a título de Taxa Negocial, sem ônus para o empregado, o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento deverá ser feito através de guias próprias ou boletos bancários fornecidos e enviados pelo Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregadores que não efetuarem o recolhimento da taxa no prazo citado incidirão em multa de 20% (vinte por cento) sobre o total devido, além de juros e correção monetária e, no caso de cobrança judicial, a honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

FINANCIAMENTO SINDICAL POR MEIO DE COTA DE PARTICIPAÇÃO NEGOCIAL, no percentual de 8% (oito por cento) sobre o salário-base de cada empregado, a ser recolhida em **2 parcelas** de 4% (quatro por cento) cada, sendo a 1ª (primeira) parcela até 10 (dez) de junho de 2023, a 2ª (segunda) parcela até 10 de julho de 2023, a de cada ano, sendo o valor descontado do empregado, mencionado nesta Cláusula, deverá ser feito pela empregadora até 10 (dez) dias do mês subsequente ao desconto em conta corrente indicada pelo Sindicato Obreiro, com pertinente comunicação ao(s) Sindicato(s) Patronal(is), garantindo-se, o exercício do direito individual de oposição dos membros da categoria profissional, no prazo de 30 dias, com expressa vedação de prática de ato antissindical pelos empregadores configurado pela condução ou indução à firmarem oposição ao , desfiliação e/ou não filiação ao Sindicato obreiro, frisando-se que, em havendo condenação judicial com decisão final que implique obrigação de devolver os valores descontados dos empregados, o Sindicato, efetivo beneficiário dos repasses, assume a obrigação de restituição diretamente aos empregados, dos valores que lhe foram atribuídos, sendo que, caso o ônus recaia sobre a Empresa, ela poderá cobrar do Sindicato ou promover a compensação com outros valores que devam ser a ele repassados, inclusive relativos a mensalidades sociais, devendo a Empresa notificar o Sindicato acerca de ação com o referido objeto eventualmente ajuizada, para intervir na relação processual caso tenha interesse.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: Fixação de contribuição da sindical em especial de seu aparelhamento para futuras negociações, fiscalização do cumprimento das normas que forem estabelecidas, representação da categoria, defesa dos interesses coletivos e direitos individuais, conforme deliberação e aprovação determinada pela Assembleia, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores da categoria, que sejam associados ou não, mediante informação do sindicato laboral.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - DIRIGENTE SINDICAL E A EMPRESA

DIRIGENTE SINDICAL E A EMPRESA

DIRIGENTE SINDICAL E A EMPRESA: O dirigente sindical no exercício de sua função, desejando manter contato com o representante da empresa com poderes de decisão, deverá encaminhar ofício com a pauta de reivindicações no prazo mínimo de 20 (vinte) dias de antecedência.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - CORRESPONDÊNCIA E SINDICALIZAÇÃO

CORRESPONDÊNCIA E SINDICALIZAÇÃO

CORRESPONDÊNCIA E SINDICALIZAÇÃO: As empresas distribuirão a seus empregados a correspondência dirigida aos mesmos pelo Sindicato profissional e não se oporão a que o mesmo efetue

nos termos da presente cláusula a divulgação de associação dos empregados à Entidade, conforme previsto em lei.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - COMISSÃO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO: As partes estipulam a criação da comissão permanente de negociação que se comporá de 3 (três) representantes da entidade sindical profissional e 3 (três) representantes da entidade patronal para discussão dos conflitos que poderão surgir, reunindo – se quando necessário.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Outras disposições sobre representação e organização

INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA: Fica estabelecido que será instituída a Comissão de Conciliação Prévia no âmbito sindical, de forma paritária, nos termos da Lei n.º 9.958/99.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA POR ATRASO NA RESCISÃO CONTRATUAL

MULTA POR ATRASO NA RESCISÃO CONTRATUAL

MULTA POR ATRASO NA RESCISÃO CONTRATUAL: O empregador deverá homologar a rescisão contratual até o dia seguinte ao término do aviso prévio, quando trabalhado, ou até 10 (dez) dias após o desligamento quando houver dispensa do seu cumprimento. O atraso na homologação obrigará o empregador ao pagamento de multa em favor do empregado, correspondente a 1 (um) mês de sua remuneração. A partir do 15º (décimo quinto) dia, haverá a multa diária de 3/30 (Três Trinta Avos) do salário, exceção feita aos casos em que, comprovadamente, o atraso venha a ocorrer por culpa do empregado.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES AO SINDICATO SUSCITANTE

Contribuições Sindicais

RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES AO SINDICATO SUSCITANTE

RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES AO SINDICATO SUSCITANTE: Fica estabelecida a obrigatoriedade das empresas efetuarem o recolhimento ao Sindicato, no prazo legal, ou no estipulado em

Convenção Coletiva, das contribuições decorrentes de lei, as convencionais e as autorizadas pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO: O não recolhimento no prazo fixado implicará na multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) do montante não recolhido, corrigido pela variação do IGP, cumulativamente, por mês de atraso, revertida em favor do Sindicato Suscitante.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA - NORMA COLETIVA

NORMA COLETIVA

VIGÊNCIA: A presente norma coletiva de trabalho terá vigência de 2 anos para todas as cláusulas, com início em 1º de dezembro de 2022 e término em 30 de novembro de 2024, exceto para a 4ª cláusula, que terá vigência de 1 (um) ano, com início em 1º de dezembro de 2022 e término em 30 de novembro de 2023, conforme deliberado em assembleia, a prorrogação das cláusulas sociais com vigência de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUARTA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER

MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER

MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER: Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas que estipulem obrigações de fazer, fica estipulado multa em valor equivalente à de 10% (dez por cento) do salário básico, em favor do empregado prejudicado

JUSTIFICATIVA: Precedente Normativo n.º 57 do TRT - Multa: Os empregadores pagarão multa de 10% (dez por cento) do salário normativo da categoria, por cláusula de cada sentença normativa descumprida, revertendo o valor correspondente em benefício da parte prejudicada.

Único- Fica estabelecida a multa de 01 (um) salário dia por empregado por dia de atraso quando o pagamento do salário não for efetuado no prazo legal, excluídas as cláusulas que tenham multa pré-estabelecida, limitada, em qualquer caso, ao principal devido (artigo 412do Código Civil).

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUINTA - PROCESSO DE REVISÃO E DENÚNCIA

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

PROCESSO DE REVISÃO E DENÚNCIA

PROCESSO DE REVISÃO E DENÚNCIA: O processo de Revisão e Denúncia da presente norma coletiva processar-se-á na forma da lei.

JUSTIFICATIVA: Constitui-se em direito natural das partes, a revisão e denúncia, na forma da lei.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEXTA - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

Auxílio Alimentação

FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO: Obrigatoriedade do empregador em fornecer lanches aos empregados que trabalham no plantão noturno.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL - Precedente Normativo n.º 8 do TRT. Será obrigatório o fornecimento de água potável nos locais de trabalho.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA OITAVA - QUADRO DE AVISOS

Acesso a Informações da Empresa

QUADRO DE AVISOS

QUADRO DE AVISOS: As empresas manterão um quadro de avisos para que sejam afixados os editais e outros comunicados do sindicato profissional e de interesse da categoria.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA NONA - DIREITO ADQUIRIDO

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

DIREITO ADQUIRIDO

DIREITO ADQUIRIDO: Fica assegurado aos integrantes desta categoria, direito adquirido, sobre verbas sem fundamento legal ou convencional, que vierem espontaneamente serem pagas pelos empregadores por período igual ou superior a 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA: Tem por finalidade dar ao trabalhador estabilidade financeira e garantia de irredutibilidade de sua remuneração. (art. 5º., inciso XXXVI c/c art. 7º, inciso VI, ambos da vigente Constituição Federal).

CLÁUSULA NONAGÉSIMA - ACORDOS INTERNOS

ACORDOS INTERNOS

ACORDOS INTERNOS: Ficam asseguradas, para a categoria profissional abrangida pela presente norma coletiva, as condições mais favoráveis já existentes com cada empregador decorrentes de acordos internos ou de acordos coletivos de trabalho celebrados com o empregador e a Entidade Sindical de representação da categoria profissional.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIAS GERAIS

OUTRAS DISPOSIÇÕES

GARANTIAS GERAIS

GARANTIAS GERAIS: Ficam asseguradas as condições mais favoráveis, decorrentes de acordo coletivos, com relação a quaisquer das cláusulas vigentes neste acordo em dissídio coletivo.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEGUNDA - REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS

REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS

REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS: Os representantes de empregados de que trata o artigo 11º da Constituição Federal, serão eleitos por voto direto e secreto dos trabalhadores.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO PIS

RECEBIMENTO DO PIS

RECEBIMENTO DO PIS: Fica garantido ao empregado o recebimento do salário do dia em que tiver de se afastar para recebimento do PIS. (Precedente Normativo N.º 52, do C. T S T).

CLÁUSULA NONAGÉSIMA QUARTA - SEGURANÇA CYBERNÉTICA

SEGURANÇA CYBERNÉTICA

Em observância às determinações contidas na Lei nº 13.709/18 (LGPD), considerando a necessidade de tratamento de dados pessoais e sensíveis de trabalhadores e empregadores para efetivo cumprimento da presente cláusula, fica estabelecido que os Sindicatos signatários da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como os demais parceiros envolvidos se comprometem a garantir a proteção, a privacidade e os demais direitos fundamentais dos trabalhadores e empregadores, conforme previsto no Artigo 2º da Lei 13.709/18

}

JOSE CARLOS FERRAZ
PRESIDENTE
SINTTAR SINDICATO DOS TECNOLOGOS, TECNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO
E REGIAO

JAIME MARQUES RODRIGUES
PRESIDENTE
SINDICATO DAS INSTITUICOES BENEFICENTES, FILANTROPICAS E RELIGIOSAS DE SAO JOSE DO RIO PRETO

ANEXOS
ANEXO I - ATA Nº 08/2022 DE 12 DE JULHO DE 2022 PÁGINAS 01 À 12

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA Nº 08/2022 DE 12 DE JULHO DE 2022 PÁGINAS 13 À 24

-

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.